

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL –  
COPAM FEAM – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**

**REF.: OFÍCIO Nº 103/2012 NAI/PRO**

**INDUSTRIAL SALES e KADDOURA LTDA.,** nos autos do Processo Administrativo nº 055/1988/001/2005, em tramitação perante esse r. órgão, vem, por seus procuradores “in fine” assinados, tendo em vista o indeferimento do pedido de reconsideração da penalidade aplicada pela Câmara Especializada, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, o que faz nos seguintes termos:

**I – DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE  
RECURSO**

***Dispõe o art. 43, do Decreto 44.844/2008:***

***“Art. 43. Da decisão a que se refere o art. 41 cabe recurso, no prazo de trinta dias, contados da notificação a que se refere o art. 42, independentemente de depósito ou caução, dirigido ao COPAM, ao CERH ou ao Conselho de Administração do IEF, conforme o caso.”***

Analisando-se os autos e considerando o dispositivo acima, vê-se que o presente recurso se mostra tempestivo, porquanto o ofício Nº 103/2012 NAI/PRO, através do qual a ora recorrente foi notificada da decisão recorrida no dia 25/01/2007, foi postado no dia 06/03/2012, tendo o mesmo sido recebido em 08/03/2012, iniciando-se, assim, o prazo recursal no dia 09/03/2012, para terminar no dia 08/04/2012 (domingo), prorrogando-se automaticamente para o primeiro

dia útil subsequente, 09/04/2012 (segunda-feira), data em que é protocolizado.

## **II – DOS FATOS**

Em 29 de julho de 2005, a representante legal desse órgão, efetuou vistoria nas instalações da ora requerente, tendo a mesma, segundo relatado no auto de vistoria de nº 013225, constatado que as atividades da empresa foram iniciadas no ano de 1985, no ramo de confecção, com exploração pela própria autuada e por terceiros que locavam parte do imóvel de sua propriedade.

Segundo a funcionária responsável pela vistoria, havia por parte da requerente infração à legislação ambiental, alertando ainda, que deveria haver licença desse órgão para desenvolvimento das atividades previstas em seu Contrato Social.

Diante dos termos da referida vistoria, o ora recorrente apresentou pedido de reconsideração, haja vista encontra-se com suas atividades paralisadas deste a data da referida vistoria.

Não obstante isso, entendeu a FEAM pelo indeferimento do pedido de reconsideração, decisão essa que ora se recorre.

Esses, em síntese, os fatos.

## **III – DA REFORMA DA DECISÃO**

Conforme já narrado no pedido de reconsideração, ao receber o auto de infração de nº 3104/2005, datado de 02 de agosto de 2005, a ora requerente, que já se encontrava em situação pré-falimentar, e ante a impossibilidade de investimentos para atendimento ao necessário licenciamento, paralisou de imediato a sua produção, tendo, inclusive, no final do ano de 2005, conforme declaração firmada nesse sentido, feito encerrar definitivamente suas atividades.

Desse modo, a recorrente não buscou o licenciamento junto à FEAM, não por desídia ou desrespeito à Lei, mas porque, como já afirmado, devido à suspensão de suas atividades em agosto de 2005 e encerramento das mesmas em dezembro do mesmo ano, não mais se fazia necessário.

Assim, diante do encerramento de suas atividades, repita-se, não há mais que se falar em regularização ambiental, haja vista que resta imune de dúvidas que sem atividades, não há risco ao

meio ambiente, razão pela qual o presente recurso deverá ser acolhido, afim de que seja declarado insubsistente o Auto de Infração de nº 00536/2007.

#### **IV – DA REDUÇÃO DA MULTA APLICADA**

Finalmente, caso V.Sa. entenda pela subsistência do Auto de infração, o que se admite para argumentar, é certo que, consoante acima asseverado, e diante da suspensão das atividades da ora recorrente desde o final do ano de 2005, deve a multa aplicada ser ser reduzida para o percentual de 50% (cinquenta por cento).

#### **V – DO REQUERIMENTO**

**DIANTE DO EXPOSTO**, requer a V.Sa. que se digne de dar provimento ao recurso, em todos os seus termos, julgando insubsistente o Auto de Infração e inexigível a multa no valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

Requer, por fim, que, doravante, todas as intimações e publicações sejam dirigidas ao primeiro signatário da presente, GERALDO JOSÉ PROCÓPIO, OAB/MG – 45.650, com endereço na Rua Espírito Santo, nº 1573, 7ª Andar, Lourdes, Belo Horizonte, CEP 30.160-031.

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Belo Horizonte, 09 de abril de 2012.

P/P – GERALDO JOSÉ PROCÓPIO  
OAB/MG – 45.650

P/P – FERNANDO BATISTA PROCÓPIO  
OAB/MG – 98.997

P/P – MELISSA DO C. NICODEMOS GONÇALVES  
OAB/MG – 134.653